



Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação
Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB



Ata nº03/2023 – Aos 03 (três) dias do mês de maio do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), as 08:30 (oito horas e trinta minutos), reuniram-se com convocação prévia os conselheiros do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB para a reunião mensal do CACS-FUNDEB, gestão 2023 à 2026, cito presentes: Elizabeth Córdula Antonio Nunes, vice-presidente do CACS-FUNDEB, representante titular de Pais de Alunos, atuando como presidente interina; Alessandro Fabiano Rosa, representante titular do Poder Executivo Municipal; Tatiana Costa Pinto Passos, representante titular do Poder Executivo Municipal - SEMEDI; Silvio Rogério Ferreira Lucas, representante titular do segmento de Professores da Educação básica; Jonatha Fabrício da Silva Mantovani, representante suplente do segmento de Professores da Educação básica; Laciane Souza Mattos Silva Pontes, representante titular do segmento de Diretores das escolas básicas públicas; Roberto Santos Baka, representante titular do segmento dos Técnico-administrativos das escolas públicas; Thaiz Cristina Alves de Oliveira, representante titular do Conselho tutelar; Leandro Gonçalves Mendes, representante titular do Conselho Municipal de Educação; Alexandre Nogueira da Silva, representante titular da Sociedade Civil Organizada; Sra. Mary Sylvia Miguel Falcão, Presidente do COMED - Conselho Municipal de Educação. Os conselheiros se reuniram para tratar de assuntos relacionados a seguinte pauta: -Análise das Prestação das contas municipais bimestrais, referente ao mês de março; -Resposta de documentações solicitadas; - Apreciação do Regimento Interno do CACS-FUNDEB; -Relatório de visitas do CMEI Ângela Catarina; -Fala da Presidente do COMED Prof^a Mary Falcão . A reunião deu início com a leitura da ata anterior, na seqüência foi lida a pauta para início das discussões dos assuntos. A princípio foi repassado aos conselheiros o envio da prestação de contas referente ao mês de março, pelo email institucional do CACS-FUNDEB, antecipando análise prévia, para discussão em reunião, neste momento os conselheiros Alexandre e Leandro comunicaram não haver recebido o email, nesse momento a Sra Mary se pronuncia e sugere que adie essa pauta, sendo que todos os conselheiros tem que ter conhecimento do que vai ser analisado, e que as documentações para análise deveriam ser impressas e dispostas aos conselheiros, nesse momento é informado a Sra Mary Falcão que toda a documentação referente ao conselho é repassado aos conselheiros via email e que se solicitado pelos mesmos, é repassado impresso, ela prossegue sugerindo que os documentos teriam que estar em forma impressa para visualização dos conselheiros. Levando em consideração o extravio de entrega das prestações de contas ao conselheiros citados, essa discussão ficará para a próxima pauta, ficando acordado o reenvio para os mesmos. Na continuidade dá-se início a pauta referente ao envio dos documentos solicitados pelo SISMMAP - Sindicato dos Servidores do Magistério Municipal de Paranaguá, referentes ao ano de 2022 (dois mil e vinte e dois) e 2023 (dois mil e vinte e três), neste momento, eu Luciane do Rosário Nunes, Secretária Executiva do CACS-FUNDEB, repassei ao Conselho o Ofício nº 740/2023, enviado pela Secretaria Municipal de Educação, solicitando o prazo de 5 (cinco) dias úteis para entrega dos documentos solicitados, pois o conselho do CACS-FUNDEB só obtém os documentos referidos ao ano de 2022 (dois mil e vinte e dois), pois os documentos referente ao ano de 2023 (dois mil e vinte e três) até a data da solicitação do sindicato, não haviam sido solicitados á Secretaria de Educação por este conselho, e por ser documentos que dependem do repasse de outro órgão, ainda não foram disponibilizados. No procedimento foi discutida a pauta sobre a atualização do regimento interno deste conselho, onde o conselheiro Alexandre, responsável pela revisão e formatação, informou aos demais conselheiros, que o regimento teria sido reenviado ao conselheiro Alessandro, para eventuais revisões jurídicas, para após, enviar para o setor jurídico para análise e aprovação. No seguimento da pauta, os conselheiros discutiram a visita ao CMEI Ângela Catarina, onde o conselheiro Alexandre leu o relatório, especificando o objetivo da visita e relatando outras situações encontradas, cito as observações: -Aparelhos de ar-condicionado até o momento não foram instalados; -Banheiros mostram-se interditados, por exemplo, 01 (um) próximo ao local onde os alunos fazem seus



lanches e 01 (um) anexo ao ambiente de aula; -Forro de alguns espaços exibiu mancha caracterizando que no local a água da chuva está trazendo transtorno; -Alguns interruptores soltos; -Manutenção de roçagem regularmente; -Os pavilhões, nacional, estadual, municipal hasteados durante o expediente; -Inoperância do telefone para contato (41-3721-1784); ao parecer dos conselheiros essas questões devem ser relatadas e solicitada as providências cabíveis junto a Secretaria Municipal de Educação. Dando continuidade a pauta, o Conselho conta com a participação solicitada através do Ofício 09/2023, da Presidente do COMED - Conselho Municipal de Educação, Professora Mary Sylvia Miguel Falcão, a qual inicia sua fala explanando seu objetivo como cidadã e conselheira, que é criar qualidade de ensino, propondo sinergia de ação entre os Conselhos, potencializando a atuação dos mesmos, como entidades da sociedade civil, articuladas a gestão municipal, ligada diretamente ao gabinete municipal, ou seja toda ação dos conselhos é uma devolutiva e ajuda na gestão do município, estando os conselhos no organograma do município, a conselheira e presidente Mary, propõe um debate mais conjunto entre os conselheiros, para assegurar a efetividade dos conselhos, sugerindo uma coletividade de ações, onde os conselhos se unam nas atividades, criando sinergia nas ações e nos debates, a conselheira relata que o Conselho Municipal de Educação também tem a função consultiva deliberativa, ele tem a função de implementar e ajudar na elaboração das políticas públicas, o conselho também fiscaliza toda a educação do município em todos os âmbitos, em todos os sentidos, que vai do chão da escola até a gestão municipal, então ele tem uma função ampla, e nessa questão a conselheira propõe trazer para o CACS essas questões, para uma aproximação maior entre os conselhos municipais, para que esses tenham mais peso, mais força nos debates direcionados a educação. Na seqüência a conselheira relata sobre sua função a quinze anos como pesquisadora de financiamento da educação, com trabalhos publicados, e como cidadã se coloca a disposição para ajudar e contribuir para os conselheiros, pois acredita, pelas informações repassadas pelo conselheiro Leandro, representante do segmento do Conselho Municipal, pois tudo que acontece no FUNDEB é relatado e descrito em ata, para relatar como são os encaminhamentos, processo de acompanhamento realizado pelo Conselho Municipal através do representante deste segmento e partindo do princípio que o conselheiro Leandro relata que quer aprender, quer entender e por conta desses questionamentos, como uma função pedagógica, uma dimensão cidadã, a conselheira se coloca a disposição no sentido de colaboradora, pois mesmo concordando que todos os documentos produzidos pelo FNDE - Fundo Nacional da Educação, na questão de orientação aos conselheiros, tem uma didática ampla, questiona na questão específica do município, na especificidade do município, no cotidiano e nessa prática como tem sido elaborado o plano de ação nas práticas de análises, nessa perspectiva, se coloca a disposição para contribuir com o conselho, em como unir o material teórico com as práticas cotidianas, para entendimento das porcentagens da arrecadação dos recursos, de onde vem, porque difere pelas modalidades, para onde esses recursos podem ser destinados, quais os elementos que agregam para o resultado final desse recurso, para que numa dimensão pedagógica o conselho constitua clareza no que tem ou não tem que fiscalizar, como por exemplo, a princípio o objetivo específico de fiscalização seria 70% (setenta por cento) para folha de pagamento e 30% (trinta por cento) MDE, Manutenção e Desenvolvimento de Ensino, então é preciso ter clareza do que se trata, esses são os principais aspectos e objetivos da fiscalização, como fazer e definir isso para não perder o foco do financiamento, nesse sentido a conselheira propõe rodas de conversas à partir das dificuldades de compreensão dos conselheiros, no que diz respeito a elaboração de relatório e na compreensão do financiamento. A conselheira na sua função como formadora de conselheiros e com sua ampla experiência se coloca a disposição dos conselheiros, para sanar as dúvidas, partindo do princípio das necessidades de informações e como se organiza os meios para que se atinja o fim, poupando energia dos sujeitos envolvidos, otimizando tempo com questões específicas, como por exemplo, quais os documentos



necessários para identificar quais professores podem receber pelos recursos do FUNDEB, como também a parte que seja menos recursos que é o MDE, que observa estar sendo tratado pelos conselheiros no momento, observando que se tem diversidades nas aplicações do MDE por modalidades, questiona como estão sendo empregado, se todos as aquisições são patrimoniadas, que não questiona por duvida da gestão e sim por zelar pela gestão do dinheiro público, independente de qualquer questão, a fiscalização é amparada por uma legislação, que vai dizer o que se pode questionar, e para isso é preciso ter método para analisar as variações e ter objetividade nas pautas do conselho, sendo o tempo de reuniões reduzidos, nas reuniões deve-se otimizar esse tempo, apresentando os problemas e deliberando os encaminhamentos, pois esses encaminhamentos que constituem os ofícios a serem encaminhados, nesse momento a conselheira esclarece a capacidade de gestão dentro do conselho, o que é individual e coletivo, que todas as questões que os conselheiros trazem, quanto mais sistematizadas melhor, e orienta que toda documentação esteja disponibilizada na mesa para consulta no momento oportuno a todos, pois na questão de financiamento é diferente, sugere que toda a documentação fique disponível impresso para que os conselheiros analisem, podendo os conselheiros marcar datas para visualizar o material e levantar questões, a conselheira diz que no seu entendimento, os documentos devem ficar a disposição dos conselheiros, independente de solicitação dos mesmos, para ter clareza nos documentos a serem solicitados, indicando que os documentos físicos fiquem dispostos para pesquisa, com tempo estipulado para análise prévia, para depois concluir a aprovação do relatório, para não se ter dúvidas quanto aos documentos a serem analisados e também quanto a atuação do conselho nessas análises. A conselheira Mary esclarece que o trato minucioso na análise mensal, vai ajudar na elaboração do relatório final, suprindo etapas, ressaltando a importância das análises mensais, nesse momento parabeniza os conselheiros pela responsabilidade assumida. A conselheira Mary relata que na época que começou sua participação nesse conselho, não se fazia dessa forma, que apresentavam os relatórios prontos e solicitavam que os conselheiros assinassem, sem análise prévia, e que essa prática foi mudada, e que ainda hoje pode se perceber que várias questões que estão pendentes no tribunal de contas, foi pelo conselho na época, não aceitar as práticas impostas, mudando a postura do Conselho. Nesse momento o conselheiro Jonatha se pronuncia e relata a conselheira Mary, que quando iniciou o mandato tentaram fazer isso, que se aprovasse um parecer, sem os conselheiros terem analisado, que os mesmos só aceitaram assinar com ressalvas, de que as prestações mensais foram analisadas por outro colegiado até o mês de outubro, desde então os conselheiros solicitaram que todas as prestações sejam acompanhadas com as notas para comprovação dos gastos, onde e como foram empregadas, até mesmo para a transparência para os próximos conselheiros. Nesse momento a conselheira Laciane se pronuncia falando sobre o não conhecimento de valores e siglas, que se a pessoa é leiga não irá compreender o que consta nos documentos, nesse momento a Conselheira Mary esclarece que os conselheiros não são obrigados a saber o significado das siglas e que as mesmas devem ser claras ao conhecimentos de todos. Após os esclarecimentos sobre atuação do Conselho e eventuais processos junto ao Ministério Público e o Tribunal de Contas, sobre a importância de um boa atuação dos conselheiros, e a objetividade nas atividades, sendo assim a conselheira Mary se propõem a disponibilizar seu tempo e sua experiência para acompanhar o conselho em rodas de conversa, para auxiliar nas práticas deste conselho, aprimorando a fiscalização do recursos, esses encontros poderão ser agendados conforme a disponibilidade da conselheira, na segunda-feira, quinta-feira ou sexta-feira. Ainda nesse momento a Conselheira Mary fala da importância da apresentação desse Conselho junto a Câmara de vereadores, com o objetivo de apresentação e ciência da efetividade do conselho e também para cobrar o desempenho da função desse órgão que é o de fiscalizador, unindo suas atividades. Quanto ao calendário das rodas de conversa, os conselheiros irão discutir sua disponibilidade e marcar a agenda, sendo que o primeiro encontro já



Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação
Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO CONTROLE SOCIAL DO FUNDEB



foi definido a pauta, que será o levantamento dos problemas e as práticas. A conselheira Mary agradece e se disponibiliza a participar das reuniões sempre que tiver disponibilidade e se despede, encerrando sua fala. Na seqüência os conselheiros discutem a organização da visita a Escola Municipal Arminda, levantando questionamentos sobre a indisponibilidade do transporte, que foi comunicado que estava em manutenção, inviabilizando o uso, os conselheiros decidem pelo uso dos carros particulares, para a realização da vistoria. Sendo só para o momento, lavro esta ata, que vai assinada por mim, Luciane do Rosário Nunes, Secretária Executiva do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundeb e demais presentes: Luciane R. Nunes _____; Elizabeth Córdula A. Nunes _____; Alessandro F. Rosa _____; Tatiana C. Pinto Passos _____; Silvio Rogério F. Lucas _____; Jonatha F. da S. Mantovani _____; Roberto S. Baka _____; Rosângela C. Xavier _____; Thaiz Cristina A. de Oliveira _____; Leandro G. Mendes _____; Alexandre N. da Silva _____; Laciene Mattos Pontes. _____ .